 <b>TJMA</b> <small>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</small> <small>4 DE NOVEMBRO DE 1913</small>	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b> Coordenadoria de Licitação	<b>Processo nº</b> <b>83033/2025</b>
---	---	---

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90015/2026

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão torna público aos interessados que realizará licitação para contratar o objeto abaixo descrito:


OBJETO	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada por Preço Unitário
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO	R\$ 6.793.163,20 (seis milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e sessenta e três reais e vinte centavos)
EXCLUSIVO ME/EPP	NÃO
REGISTRO DE PREÇOS	SIM
LOCAL DA SESSÃO	<a href="https://www.gov.br/compras/">https://www.gov.br/compras/</a> UASG: 925125
ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES	Até 18:00 horas (horário de Brasília) do dia 30/06/2026 para o endereço <a href="mailto:colitacao@tjma.jus.br">colitacao@tjma.jus.br</a>
ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS	INÍCIO: 18/06/2026 FIM: MOMENTO DE ABERTURA DA SESSÃO
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	03/07/2026 ÀS 10:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)



a) É indispensável que, previamente ao envio de eventuais questionamentos, o interessado consolide a leitura plena do edital e seus anexos.

b) A cópia do edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados nos endereços <https://www.gov.br/compras/> e [http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=licitacoes](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=licitacoes)

c) Toda comunicação deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90015/2026

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA torna público, para ciência dos interessados que, às **XX horas (Horário de Brasília), do dia 03 de julho de 2026**, na Sala da Coordenadoria de Licitações, localizada na Rua do Egito, 144, Centro, São Luís, CEP nº 65.010-190, por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, por **ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, regida pelas disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Decreto Estadual nº 38.136/2023 de 06 de março de 2023, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 (no que couber), e demais legislações aplicadas à matéria, naquilo que não contrarie este edital.

### 1. DO OBJETO

**1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**, conforme especificações e condições do Edital e anexos.

**1.2.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

### 2. DO PREÇO MÁXIMO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS


**2.1.** O preço máximo global deste certame, correspondente ao período de vigência contratual de 12 (doze) meses, sendo o valor anual estabelecido em R\$ 6.793.163,20 (seis milhões, setecentos e noventa e três mil, cento e sessenta e três reais e vinte centavos), conforme pesquisa de mercado (DESPACHO-CMEP – 492026).

Item	Descrição	Valor Total Mensal	Taxa de serviço (1,33%) mensal	Valor total mensal + taxa de serviço (1,33%)
1	ABASTECIMENTO – 250 veículos	R\$ 346.166,67	R\$ 4.604,02	R\$ 350.770,68
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO – 250 veículos	R\$ 212.500,00	R\$ 2.826,25	R\$ 215.326,25

**2.2.** A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta da dotação orçamentária do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, do exercício de 2026, conforme DESPACHO-CO-7922026.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**3.1.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se previamente sobre o funcionamento e o regulamento do sistema.

**3.1.2.** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo quaisquer transações realizadas diretamente ou por seu representante. O provedor do sistema e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA não se responsabilizam por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.2.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.2.1.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, à época da licitação, impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, em razão de sanção aplicada.

**3.2.1.1.** O impedimento referido no subitem anterior estende-se àquela que atue em substituição à pessoa física ou jurídica sancionada, com o intuito de burlar a sanção, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

**3.2.2.** Aquela que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dessas pessoas.

**3.2.3.** Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante responsável pelo presente processo licitatório.

**3.2.3.1.** A vedação do subitem anterior estende-se a terceiros que auxiliem na condução da licitação ou contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, ou funcionário ou representante de empresa prestadora de assessoria técnica.


**3.2.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas entre si, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo simultaneamente.

**3.2.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente com trânsito em julgado por: a) exploração de trabalho infantil; b) submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo; ou c) contratação de adolescentes em situações vedadas pela legislação trabalhista.

**3.2.6.** Empresa que possua, em seus quadros funcionais, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, assessoramento, de membros ou de juízes vinculados ao TJMA, nos termos dos arts. 1º, 2º, inciso VI, e 3º da Resolução nº 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**3.3.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa física ou jurídica.

**3.4.** Fica vedada a participação de empresa que não explore atividade compatível com o objeto desta licitação.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**3.5.** É vedada a participação simultânea de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, quando devidamente comprovado que atuam sob direção, controle ou administração comum, ou que representem interesse econômico convergente, caracterizando atuação coordenada e potencial prejuízo à competitividade.

**3.6.** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que o objeto não apresenta quantitativos, perfis profissionais, atribuições ou especificações técnicas que exijam a atuação conjunta de mais de uma empresa. Trata-se de serviço comumente prestado individualmente por diversas empresas no mercado, não havendo justificativa técnica para a formação de consórcio.

**3.7.** Para participar do certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital e de seus anexos.

**3.8.** Ao participar deste processo licitatório, o representante legal do licitante, titular de dados pessoais, declara ciência de que, para a execução do objeto desta licitação, o TJMA poderá ter acesso a seus dados pessoais (tais como número de documentos, endereço eletrônico e cópias de identificação), os quais serão tratados pela Administração conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018, art. 7º, inciso II).

#### **4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**


**4.1.** A obtenção dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

**4.2.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada;

b) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**4.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

## **5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

**5.2.** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total do item;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

**5.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

**5.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, mão de obra, materiais, ferramentas necessárias, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

**5.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.6.** No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:


**5.6.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.6.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.6.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.6.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.7.** A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**5.8.** A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.8.1.** No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.8.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.9.** A falsidade da declaração de que trata o item 5.6 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.10.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

**5.11.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**5.12.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.12.1.** Não será admitida a modificação da proposta pela licitante que aceitar prorrogar sua validade.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO**


**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**6.3.** Compete à licitante acompanhar todas as operações realizadas no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, sendo inteiramente responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de eventual desconexão, bem como pela comunicação imediata ao provedor do sistema acerca de qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança das informações.

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**7.2. Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do item, sendo vencedor aquela licitante que ofertar o menor preço por item.**

**7.3. A licitante** somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**7.3.1. A licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.4.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**7.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**7.6.** Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

**7.7.** Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.8.** No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato às participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**7.9.** Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, conforme disposto no art. 24 da IN SEGES-ME nº 73/2022.

**7.9.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.


**7.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

**7.10.1.** Encerrado o prazo previsto no subitem 7.9.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.10.2.** Na fase prevista no subitem anterior, a licitante poderá optar por manter o último lance da etapa aberta ou por ofertar lance de valor inferior.

**7.10.3.** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições previstas no subitem 7.10.1, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, apresentar lance final e fechado, no prazo de até 5 (cinco) minutos, igualmente sigiloso.



	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**7.11.** Encerrados os prazos previstos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de valores.

**7.12.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

**7.13.** Em relação aos itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, encerrada a etapa de lances, será realizada verificação automática, junto à Receita Federal do Brasil, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará, em campo próprio, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, quando esta for empresa de maior porte, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo Decreto nº 8.538/2015.

**7.13.1.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.13.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada terá o direito de apresentar última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado da comunicação automática do sistema.

**7.13.3.** Na hipótese de desistência ou inércia da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as demais, na ordem de classificação, que se encontrem no intervalo previsto no subitem 7.13.1, para o exercício do mesmo direito.

**7.13.4.** Havendo equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas nas hipóteses anteriores, será realizado sorteio, para identificação daquela que terá prioridade para apresentação da melhor oferta.

**7.14.** Havendo empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate observará, obrigatoriamente, a ordem de preferência estabelecida no art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**7.14.1.** Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será realizado sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes empatados serão devidamente convocados, vedada a utilização de qualquer outro critério de desempate, nos termos da IN SEGES nº 79/2024.


**7.15.** A licitante deverá ofertar o preço por itens conforme planilha constante nos itens 10.1 e 10.4 do Termo de Referência.

**7.16.** Será admitida a taxa de administração negativa/menor que zero (equivalente ao desconto sobre o valor consumido). O percentual negativo refletirá sobre o faturamento, representando o desconto sobre os serviços.

**7.16.1.** Para efeito de cadastramento das propostas e envio de lances, a licitante deverá considerar o valor mensal máximo estimado de contratação, para combustíveis e manutenção com suas respectivas taxas de administração, conforme itens 10.1 e 10.4 do Termo de Referência.

**7.16.1.1.** Como exemplo usaremos o item 1, a licitante deverá considerar o valor mensal máximo estimado de contratação (combustíveis + taxa de administração) de R\$ 346.166,00



	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**+ R\$ 4.604,00 = R\$ 350.770,00. Até o limite de R\$ 346.166,00, entende-se como taxa de administração positiva ou igual a zero, abaixo desse valor será recebido como desconto sobre o combustível consumido (percentual abaixo de zero ou taxa negativa).**

**7.17. A taxa de administração ou de desconto, oferecida na proposta vencedora, será fixa durante toda a vigência contratual.**

**7.18. A empresa deverá especificar de forma clara em sua proposta todos os valores bem como a taxa de administração aplicada aos serviços.**

## **8. DA NEGOCIAÇÃO**

**8.1.** Na hipótese de a proposta da licitante classificada em primeiro lugar permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Caso a licitante classificada em primeiro lugar, mesmo após a negociação, seja desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo admitido, a negociação poderá ser realizada com as demais licitantes, observada rigorosamente a ordem de classificação.

**8.3.** A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, em observância aos princípios da transparência e da publicidade.

**8.4.** Concluída a negociação, o respectivo resultado será divulgado a todas as licitantes e formalmente juntado aos autos do processo licitatório.


**8.5.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro procederá à verificação das condições de participação e de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante consultas aos sistemas e cadastros oficiais pertinentes, dentre eles o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, sem prejuízo de outras verificações previstas neste Edital e na legislação vigente.

**8.5.1.** As consultas aos cadastros referidos no subitem anterior serão realizadas em nome da pessoa jurídica licitante e, quando aplicável, em relação aos seus sócios ou administradores, para fins de verificação de eventual sanção impeditiva de contratar com o Poder Público, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e da legislação correlata.

## **9. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

**9.1.** O pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, **no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares previstos no edital.

**9.1.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo ou de ofício.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**9.1.2.** Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores estimados / máximos que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

**9.2.** No mesmo prazo previsto acima, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

**a)** proposta assinada, contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo contido no Termo de Referência;**

**a.1)** na hipótese da proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato;

**9.3.** A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proposta.

**9.4. A proposta de preços, bem como as declarações e demais documentos deverão ser assinados através da assinatura eletrônica, assinatura digital ou certificado digital, em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.**

**9.5.** A proposta comercial deve indicar os valores unitários e totais para cada item da planilha de precificação, conforme a tabela de especificações técnicas do Item 10 do Termo de Referência.

**9.5.1.** Podem ser realizadas diligências em documentações disponíveis nos sites oficiais dos fabricantes, fornecedores ou desenvolvedores para comprovar as especificações e as documentações apresentadas, quando for o caso.

**9.5.2.** Os valores presentes na proposta comercial devem estar em Real Brasileiro (BRL), não sendo admitido fracionamento de centavos que ultrapasse duas casas decimais no preço unitário, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.


## **10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**10.1.** O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço ofertado por item, respeitando-se os preços estimados unitários de cada item.

**10.1.1.** Na hipótese de divergência entre os valores unitários e o valor total do item, desde que comprovada a exequibilidade da proposta, cabendo à licitante proceder aos ajustes necessários, sem majoração do preço global ofertado.

**10.2.** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.1.** Erros no preenchimento da planilha de custos não constituem, por si só, motivo para desclassificação, podendo a planilha ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço global e reste comprovada a exequibilidade da proposta.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**10.3.** O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da unidade requisitante, de área especializada no objeto, de servidores do quadro deste Tribunal ou de terceiros tecnicamente habilitados, para subsidiar suas decisões, indicando expressamente o dispositivo do edital e os elementos objeto de dúvida.

**10.4.** Será desclassificada a proposta:

- a) apresentada por licitante impedida de participar do certame;
- b) que contenha vantagem não prevista neste Edital ou preços baseados nas propostas de outras licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando comprovada a renúncia à remuneração de materiais ou instalações de propriedade da licitante;
- d) com preços superiores aos valores máximos fixados neste Edital, manifestamente inexequíveis ou cuja exequibilidade não tenha sido demonstrada, quando exigido;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições estabelecidas neste Edital;
- f) que, após diligência, não seja corrigida ou devidamente justificada;
- g) que contenha vício insanável.

**10.5.** Para bens e serviços em geral, constitui indício de inexequibilidade a apresentação de proposta com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.


**10.5.1.** O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante a comprovação documental da viabilidade econômica.

**10.6.** Na hipótese de desclassificação da proposta melhor classificada, será examinada a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, podendo o Pregoeiro promover negociação para obtenção de melhores condições, nos termos do Edital e da legislação vigente.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação exclusivamente do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

**11.2.** Os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, quando não contemplados no SICAF, bem como a documentação relativa à qualificação econômico-financeira e técnica, além de outras condições eventualmente previstas neste Edital, deverão ser encaminhados por meio da funcionalidade “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo Pregoeiro.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**11.3.** Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, prorrogável por igual período.

**11.3.1.** A prorrogação do prazo somente poderá ocorrer:

I – mediante solicitação fundamentada da licitante, apresentada antes do término do prazo; ou

II – de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo inicialmente fixado não é suficiente para a adequada verificação da conformidade da documentação.

**11.4** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, destinada a:

I – esclarecer ou complementar informações relativas a documentos já apresentados;

II – apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

III – atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**11.5.** As certidões que não apresentarem prazo de validade expresse serão consideradas válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua emissão.

**11.6.** Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, até que seja apurada licitante habilitada, nos termos deste Edital.

**11.7.** Será exigida das licitantes a documentação descrita a seguir para fins de habilitação:

**11.7.1. Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:**

I – Registro comercial, no caso de empresa individual; ou


II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou

III – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou ainda

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.7.2. Quanto à HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**


I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, compatível com o objeto da contratação;

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

- II – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- III – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- IV – Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- V – Prova de regularidade perante o FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- VII – Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- VIII – Caso a licitante seja isenta de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante declaração da autoridade fazendária competente ou outro documento equivalente, na forma da lei.

### **11.7.3. Quanto à HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade, ou, na ausência deste, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias;
  - I.1 – Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá comprovar o acolhimento ou homologação do plano, conforme o caso;
- II – Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;
  - II.1 – Os demonstrativos deverão estar assinados por contador legalmente habilitado e registrado no CRC;
  - II.2 – Para empresas constituídas no exercício social vigente, admite-se a apresentação das demonstrações contábeis relativas ao período de existência da sociedade;
- III – Comprovação, para cada exercício, dos seguintes índices superiores a 1 (um):
  - Liquidez Geral (LG);
  - Solvência Geral (SG);
  - Liquidez Corrente (LC).
- IV – Comprovação, referente ao último exercício apresentado, de:
  - a) Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor anual da proposta inicial.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

#### **11.7.4. Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

##### **11.7.4.1. Para fins de qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:**

I – A licitante, como prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverá apresentar no mínimo, 01 (um) atestado/declaração de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou fornece bens compatíveis com a proposta apresentada ou está fornecendo, produtos de mesma natureza e/ou similares aos da presente licitação.

II – Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto desta licitação, observando-se o seguinte:

III – O quantitativo total atestado deve comprovar o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas para as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, conforme definido abaixo, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021:


- Parcela 01 (Relativa ao Item 01 – Abastecimento): Gerenciamento e controle de fornecimento de combustíveis em rede credenciada de postos, mediante sistema informatizado, para um quantitativo mínimo 309.450 (trezentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta) litros de combustível, correspondente a 50% do total de litros ou transações estimadas;
- Parcela 02 (Relativa ao Item 02 – Manutenção): Gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de frota, incluindo fornecimento de peças e mão de obra, para um quantitativo mínimo de R\$ 849.652,05 (oitocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos), correspondente a 50% do valor estimado para manutenção ou número de veículos.

IV – Será admitida, para fins de comprovação dos quantitativos mínimos aqui exigidos, a soma de atestados de períodos distintos ou de contratos diferentes executados simultaneamente.

V – Justificativa Técnica: A exigência acima se restringe aos itens 01 e 02 por constituírem o núcleo do contrato e representarem o maior impacto financeiro e operacional. O percentual de 50% é adotado para garantir que a contratada possua estrutura logística e tecnológica capaz de suportar a capilaridade da rede e a complexidade do controle de manutenção exigidos pela Administração, sem restringir indevidamente a competitividade.

VI – O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado do emitente e conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação do licitante, constando o seu CNPJ e endereço completo; descrição clara dos produtos, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo, cargo/função e meios de contato.

VII – O TJMA se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

VIII – A licitante, caso solicitado, em caráter de diligência, deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados para atender ao item 15.2 do Termo de Referência.

### **11.7.5. DECLARAÇÕES**

#### **11.7.5.1. Declaração de Conhecimento das Condições da Contratação**

**11.7.5.1.1.** Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**11.7.5.1.2.** A declaração prevista no item anterior poderá ser substituída por declaração formal, assinada pelo responsável técnico da licitante, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **11.7.5.2. Declaração de Sustentabilidade**

**11.7.5.2.1.** A empresa deverá apresentar declaração de compromisso de cumprimento dos critérios de sustentabilidade, conforme descritos no item 29 do Termo de Referência.

### **11.8. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**11.8.1.** O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

### **11.9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

**11.9.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer tempo, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

**11.9.2.** Os originais ou cópias autenticadas, caso solicitados, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Licitação, no endereço: Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP 65.010-190.

### **11.10. DA IDENTIFICAÇÃO E TITULARIDADE DOS DOCUMENTOS**

**11.10.1.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

**11.10.2.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.



## **11.11. DAS DILIGÊNCIAS**

**11.11.1.** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, destinada a:

I – complementar informações acerca dos documentos já apresentados, desde que necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;

II – atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

## **11.12. DO SANEAMENTO DE ERROS OU FALHAS**

**11.12.1.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **11.13. DA VALIDADE DAS CERTIDÕES**

**11.13.1.** As certidões que não apresentarem prazo de validade expresso serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

**11.13.2.** As certidões que possuírem prazo de validade expresso e que estiverem válidas na data da sessão pública do certame, mas que venham a expirar no curso da análise da habilitação, poderão ser atualizadas mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.


**11.13.3.** A atualização de que trata o item anterior não será considerada apresentação de novo documento, desde que se refira à manutenção da situação jurídica existente na data da apresentação da proposta.

**11.13.4.** Caso o licitante, devidamente intimado, não apresente a certidão atualizada no prazo estabelecido pela Administração, será inabilitado, por descumprimento da exigência de habilitação.

## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

**12.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata / Termo de Julgamento.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**12.3.** Os demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

**12.4.** Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** A adjudicação e homologação deste Pregão competem ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão.

### **14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

**14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o procedimento licitatório;

**14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- c) solicitar a própria desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra, quando exigida;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;


**14.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

**14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**14.1.5.** Fraudar a licitação;

**14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a legislação aplicável;

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**14.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

**14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.


**14.4.** A multa será aplicada no percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato licitado.

**14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3**, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado;

**14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8**, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

**14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão ao qual pertença o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**14.8.** Poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência da prática das infrações previstas nos itens **14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8**, bem como das infrações previstas nos itens **14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**14.9.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o responsável às penalidades cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução-GP nº 83/2024 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

**14.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará os fatos e circunstâncias e intimará o licitante ou adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa escrita e indicar as provas que pretenda produzir.

**14.11.** Caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso à autoridade superior, que deverá decidir no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.


**14.12.** Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do pedido.

**14.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou à decisão recorrida, até a prolação da decisão final pela autoridade competente.

**14.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, em qualquer hipótese.

## **15. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**15.1.** É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/18 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do CONTRATANTE, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**15.2.** É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**15.3.** A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência do Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**15.4.** Caberá à CONTRATADA implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.

**15.5.** A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este CONTRATANTE.

**15.6.** A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o CONTRATANTE, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Federal nº. 13.709/18.

**15.7.** A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.709/18.


**15.8.** Para a execução do objeto do Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), na RESOL-GP- 132021, que Institui a Política de Privacidade dos Dados das Pessoas Físicas no Poder Judiciário do Estado do Maranhão e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este CONTRATANTE, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

**15.9.** As partes obrigam-se a atuar no presente Contrato, em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assim como as determinações do Conselho Nacional de Justiça e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Política de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução-GP nº 13, de 23 de março de 2021) e Portaria GP 224/2024-TJMA.

## **16. DA SUSTENTABILIDADE**

**16.1.** Os materiais utilizados pelos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA na execução dos serviços, deverão:

**16.1.1.** Constituir-se no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

normas da ABNT;

**16.1.2.** Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares

**16.1.3.** Ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**16.1.4.** Inexistir substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados(PBDEs);

**16.1.5.** A contratada, em nome da rede credenciada, deverá indicar quais mecanismos serão adotados para o descarte de óleos, pneus, embalagens e demais componentes automotivos, inclusive como se processará a logística reversa;

**16.1.6.** A Contratada deverá, através da sua rede de credenciadas, efetuar o recolhimento e o descarte do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, realizando a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme art. 18, inciso VII, da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005, e legislação correlata.

**16.1.7.** Os veículos movidos a diesel deverão ser abastecidos com DIESEL S-10, conforme diretriz do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos automotores.

## **17. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**17.1.** A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, prestação de garantia nesta contratação.


**17.2.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**17.2.1.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**17.2.2.** O edital fixará prazo mínimo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**17.3.** O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**17.3.1.** Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no §2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**17.4.** Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

**17.5.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

## **18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**18.1.** Ata de Registro de Preços (ARP).

**18.1.1.** Da vigência:


**18.1.1.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

**18.2.** Da adesão à Ata de Registro de Preços:

**18.2.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por órgãos e entidades da Administração Pública, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, na qualidade de Órgão Gerenciador, manifestar-se previamente sobre os pedidos de adesão, observadas as disposições deste edital e da legislação aplicável.

**18.2.2.** Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual terão preferência nas adesões à Ata de Registro de Preços.



	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**18.2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que tal adesão não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

**18.2.4.** As contratações adicionais decorrentes de adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ARP para o TJMA (órgão gerenciador) e para os órgãos participantes.

**18.2.5.** Nos termos do Decreto Estadual nº 38.136/2023, o quantitativo decorrente do conjunto das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que venham a aderir.

**18.2.6.** Durante a vigência da Ata, o órgão ou entidade que não tenha participado de todos os itens do registro de preços poderá aderir aos demais itens do mesmo registro, observadas as disposições deste edital e atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 12 do Decreto Estadual nº 38.136/2023;

c) consulta e aceitação prévias do TJMA, na qualidade de órgão gerenciador, e do fornecedor registrado.

**18.2.7.** A autorização da adesão pelo TJMA somente será formalizada após a manifestação expressa de aceite do fornecedor.

**18.2.8.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação decorrente da adesão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, observado o prazo de vigência da Ata.


**18.2.9.** Os órgãos participantes e não participantes deverão encaminhar ao TJMA cópia dos contratos celebrados, no prazo de 5 (cinco) dias após a respectiva publicação, para fins de controle e acompanhamento da Ata de Registro de Preços.

**18.2.10.** O órgão ou entidade poderá aderir ao item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de órgão não participante, exclusivamente para os itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste edital.

**18.2.11.** O pedido de adesão de que trata o item 17.2.6 deverá ser formalizado por meio do portal Compras.gov, no módulo Gestão de Atas, cabendo à Coordenadoria de Gestão de Contratos a análise e instrução do pedido. Contato institucional: coordcontratos@tjma.jus.br | Telefone: (98) 2055-2417 / 2418.

**18.3.** Do cancelamento da Ata de Registro de Preços:

**18.3.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual nº 38.136/2023, especialmente quando:

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

I – descumprir as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;

II – recusar-se, sem justificativa aceitável, a assinar o contrato, a retirar a nota de empenho ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

III – não aceitar reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior aos valores praticados no mercado; ou

IV – sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**18.3.2.** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, após a instauração do procedimento administrativo correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**18.3.3.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado, nas seguintes hipóteses:

I – por razão de interesse público, devidamente motivada; ou

II – a pedido do fornecedor, mediante requerimento formal ao órgão gerenciador, desde que comprovada a impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas.

## **19. DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

**19.1.** Após a adjudicação e a homologação do certame, a Administração adotará as providências necessárias para a formalização do Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.


**19.2.** O adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

**19.3.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada do adjudicatário, desde que aceita pela Administração.

**19.4.** A Contratada vincula-se integralmente à sua proposta, bem como às disposições contidas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e em seus anexos, os quais passam a integrar o contrato, independentemente de transcrição.

**19.5.** O prazo de vigência da contratação será aquele estabelecido no Termo de Referência, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**19.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

**19.7.** É de inteira responsabilidade da Contratada a manutenção e a verificação periódica de seu endereço eletrônico, para fins de acompanhamento das comunicações expedidas pelo TJMA relativas ao Pregão Eletrônico, à execução contratual e a outros atos administrativos.

**19.7.1.** As comunicações encaminhadas ao endereço eletrônico informado pela Contratada serão consideradas válidas e eficazes, presumindo-se recebidas 2 (dois) dias após o envio, iniciando-se a contagem de prazos no primeiro dia útil subsequente.

## **20. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**20.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br), até 18:00 horas, no horário oficial de Brasília/DF.

**20.2.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**20.3.** Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br).

**20.4.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## **21. DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DO PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO**


**21.1.** As condições de entrega e/ou execução dos serviços dar-se-ão segundo as regras previstas no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta de contrato (Anexo IV).

**21.2.** O recebimento do objeto será feito em conformidade com o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e as regras previstas no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta de contrato (Anexo IV).

**21.3.** O pagamento será efetuado de acordo com o prazo e as regras previstas no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta de contrato (Anexo IV).

**21.4.** A fiscalização da execução contratual será exercida por gestor e fiscais do contrato, formalmente designados por Portaria, aos quais competirá, entre outras atribuições:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- II – atestar a nota fiscal ou documento equivalente, para fins de liquidação da despesa;
- III – notificar a contratada para correção de eventuais irregularidades; e

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

IV – propor a aplicação de sanções, quando cabível, nos termos do contrato e da legislação vigente.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1.** O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão poderá revogar o presente certame por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; anulá-lo, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e devidamente fundamentado; ou homologá-lo, nos termos da legislação vigente.

**22.2.** O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na seção Cidadão – Transparência – Licitações:

([http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=licitacoes](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=licitacoes)), podendo, ainda, ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, no endereço informado neste Edital, inclusive mediante fornecimento de mídia digital pelo interessado.

**22.3.** Qualquer documento redigido em língua estrangeira e juntado ao processo deverá estar acompanhado de tradução para a língua portuguesa, realizada por tradutor juramentado ou por meio oficial reconhecido, conforme disposto no art. 13 da Constituição Federal, no art. 22, §1º, da Lei nº 9.784/1999, no art. 224 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), no art. 192 e parágrafo único da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e no art. 148 da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos).


**22.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, saneamento de proposta de preços ou análise de documentos de habilitação, a sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, devendo a ocorrência ser registrada em ata.

**22.4.1.** A convocação para o reinício da sessão dar-se-á por meio do sistema eletrônico, inclusive pelo recurso de comunicação (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**22.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data inicialmente marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário do(a) Pregoeiro(a).

**22.6.** Todas as referências de tempo constantes deste Edital, do aviso e dos atos praticados durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

**22.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p align="center"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	---	---

**22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se apenas os dias de expediente na Administração.

**22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.10.** Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

**22.11.** A gravação e a transmissão ao vivo das sessões públicas dos processos licitatórios realizados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão observarão o disposto na Portaria GP nº 330/2021.

**22.12.** Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), com fundamento na legislação vigente aplicável à espécie, sem prejuízo da atuação das instâncias competentes.

**22.13.** A proposta de preços, bem como as declarações e demais documentos apresentados pelos licitantes, deverão ser assinados por assinatura eletrônica, assinatura digital ou certificado digital, em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

**22.14. Anexos:**

**22.14.1. Do edital:**

**22.14.1.1.** Anexo I – Termo de Referência (TR)

**22.14.1.2.** Anexo II – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

**22.14.1.3.** Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preço

**22.14.1.4.** Anexo IV – Minuta de Contrato

**22.14.1.5.** Anexo V – Declaração de Inexistência de Nepotismo

**22.14.1.6.** Anexo VI – Modelo de Termo de Responsabilidade e Confidencialidade

**22.14.2. Do Termo de Referência (TR):**

**22.14.2.1.** Anexo I – Multas Pecuniárias e Glosa por desempenho

**22.14.2.2.** Anexo II – Acordo de nível de serviço

São Luís, 16 de junho de 2026.

**André de Sousa Moreno**  
Agente Contratação / Pregoeiro TJMA



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Coordenadoria de Licitação

**Processo nº**  
**83033/2025**

## **ANEXO – I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

(Contendo 60 fls)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**  
Coordenadoria de Licitação


**Processo nº**  
**83033/2025**

## **ANEXO – II**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Contendo 17 fls)



	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

## ANEXO – III

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PROCESSO Nº 83033/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90015/2026**

**VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses**

O **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.288.790/0001-76, com sede na Av. Pedro II, s/nº, Palácio “Clovis Beviláqua”, Centro, São Luís/MA, doravante denominado **TJMA**, neste ato representado pela Diretora-Geral, **Dra. Ticiany Gedeon Maciel Palácio**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) estimada(s), atendendo às condições previstas no edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 38.136/2023, de 06 de março de 2023, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 (no que couber), e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão


#### 2. DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 38.136, de 6 de Março de 2023.

#### 3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

<b>Empresa:</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>Insc. Estadual:</b>
<b>Endereço:</b>	

	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>          Coordenadoria de Licitação</p>	<p align="center"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	---	---

<b>Telefone:</b>	
<b>E-mail:</b>	
<b>Representante legal:</b>	
<b>CPF:</b>	<b>RG:</b>

Item	Descrição	Quantidade Total	Quantidade Inicial	Valor Unit Registrado (R\$)
Valor Total da Ata				

#### 4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, identificado no preâmbulo.

#### 5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS


5.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados as condições estabelecidas no item 17 do Edital do Pregão Eletrônico, mencionado no preâmbulo.

5.2. O pedido de consulta a que se refere o item 5.1 deverá ser feito por meio do sistema Contratos do Governo Federal, disponível em [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br) (Contratos), que será analisado pela Coordenadoria de Gestão de Contratos do TJMA, setor responsável que dará seguimento aos trâmites formais no âmbito do órgão gerenciador do Registro de Preços. Contatos: [coordcontratos@tjma.jus.br](mailto:coordcontratos@tjma.jus.br) / 98 2055-2417.

#### 6. DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado em 20/03/2026.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, observada mediante a aplicação do índice IPCA, após a ocorrência da anualidade.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual nº 38.136/2023, especialmente quando:

I – descumprir as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços;

II – recusar-se, sem justificativa aceitável, a assinar o contrato, a retirar a nota de empenho ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

III – não aceitar reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior aos valores praticados no mercado; ou


IV – sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, após a instauração do procedimento administrativo correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado, nas seguintes hipóteses:

I – por razão de interesse público, devidamente motivada; ou

II – a pedido do fornecedor, mediante requerimento formal ao órgão gerenciador, desde que comprovada a impossibilidade de cumprimento das obrigações assumidas.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

## 8. DAS PENALIDADES

8.1. O não cumprimento pela empresa de qualquer umas das obrigações do Projeto Básico ou das condições predeterminadas nesta Ata de Registro de Preços, sujeitá-lo-á às sanções dispostas no item 15 do Edital do Pregão, mencionado no preâmbulo.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços constará como anexo a esta Ata. Ou

9.1. Não foi constituído cadastro de reserva para o presente registro de preços, tendo em vista que, embora existam licitantes remanescentes, não houve manifestação de interesse em integrar o cadastro de reserva, nas mesmas condições e preços registrados, conforme previsto no edital.

9.2. A contratação com a empresa registrada nesta Ata será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por meio de instrumento contratual, emissão da nota de empenho ou outro instrumento hábil.

9.2.1. O instrumento de que trata o item acima será assinado no prazo de validade da Ata.


9.3. Compete à **Diretoria Administrativa** a gestão desta Ata.

9.4. A Ata de Registro de Preços será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas, de acordo com o inciso IV, do §2º, do artigo 174, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.5. Os dados pessoais tornados públicos por esta ata deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução do objeto.

9.6. Para firmeza e validade do pactuado, é lavrada a presente Ata de Registro de Preços após lida e assinada eletronicamente pelo Diretor Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Rodrigo Ericeira Valente, pela Diretora-Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Dra. Ticiany Gedeon Maciel Palácio e pelo(s) representante(s) legal(s) abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante Legal

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

## ANEXO – IV

### MINUTA DE CONTRATO

#### CONTRATO DE XXXXXXXX nº XX/2026

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA XXXXXXXXXX

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, situado à Av. Pedro II, s/nº, Centro, Palácio “Clóvis Bevilácqua”, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 05.288.790/0001-76, representado pelo seu Presidente o **Desembargador xxxxx**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº xxx, portador da Carteira de Identidade nº xxx, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro e a **EMPRESA xxxxxxxxxxxxxx** CNPJ Nº xxxxxxxxxxxx, sediada à Rua xxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 83033/2025, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) nº 90015/2026 e em observância ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicadas à matéria, têm entre si justo e contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO


1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de gestão de abastecimento e de gestão de manutenção preventiva e corretiva dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, conforme especificação e quantidades constantes no Termo de Referência, anexo do edital Pregão Eletrônico (SRP) nº 90015/2026 e proposta de preço apresentada:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, observado o limite de 10 (dez) anos em conformidade com o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução será por empreitada por preço unitário.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

## CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total para o objeto deste Contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxxxx, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto deste Contrato.

## CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte:

Unidade Orçamentária	
Função	
Subfunção	
Programa	
Projeto Atividade	
Natureza de Despesa	

5.2. A Nota fiscal deverá ser emitida em nome do xxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxx, conforme Nota de Empenho.

5.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.


### Cronograma Físico-Financeiro

5.4. O pagamento será realizado mensalmente, após a prestação dos serviços e mediante ateste da fiscalização, seguindo a lógica de execução abaixo:

a) Etapa de Implantação e Configuração (Mês 1)

Refere-se ao período de preparação tecnológica e logística para o início da operação.

Atividade / Marco de Entrega	Prazo	% de Execução Física	Previsão de Pagamento
Entrega do Plano de Trabalho e Cronograma de Implantação	05 dias	10%	Conforme Taxa de Adesão/Setup (se houver)

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

Atividade / Marco de Entrega	Prazo	% de Execução Física	Previsão de Pagamento
Configuração de Segurança, Controle de Acesso e APIs	15 dias	40%	Após homologação técnica
Cadastramento de Veículos, Motoristas e Parametrização LGPD	20 dias	30%	Após validação da base de dados
Treinamento de Gestores e Entrega dos Manuais	30 dias	20%	Após conclusão da capacitação

**b) Etapa de Operação e Gestão de Abastecimento (Mês 2 em diante)**

Corresponde ao ciclo recorrente de prestação de serviço, onde o pagamento é vinculado à performance (SLA) e ao volume operado.

**c) Aferição Mensal:** A CONTRATADA deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês subsequente, a planilha de medição contendo os serviços efetivamente prestados no período anterior.

- **Condicionante de Pagamento:** A liberação do pagamento está estritamente vinculada ao ateste da fiscalização, que verificará a conformidade com as trilhas de auditoria, requisitos de segurança e níveis de serviço (SLA) pactuados.
- **Glosas:** Eventuais falhas de desempenho ou indisponibilidade do sistema, detectadas no período de medição acarretarão em descontos (glosas) diretos na fatura do mês correspondente, conforme tabela de penalidades previstas neste Contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS**

**6.1.** A CONTRATADA deverá apresentar no ato da assinatura do contrato a sua rede de postos de abastecimento de combustíveis credenciados na Região Metropolitana de São Luís e no interior do Estado de Maranhão, identificando a razão social, nº CNPJ, endereço e telefone de cada posto, aptos para aceitar transações com o cartão dos veículos e dos usuários do sistema.

**6.2.** A CONTRATADA deverá ter, para o item de abastecimento, no mínimo, 30 (trinta) postos de abastecimento e, para o item de manutenção, 20 (oficinas), devidamente credenciados na região metropolitana de São Luís-MA, sendo que 30% (trinta por cento) do quantitativo mínimo de postos deverão estar localizados no município de São Luís em um raio máximo de 10 km (dez quilômetros) do Tribunal de Justiça do Maranhão, situado na Praça Dom Pedro II, s/n, Centro.

**6.3.** A CONTRATADA deverá ter, no mínimo:



a) 02 (dois) postos credenciados nos municípios de Açailândia, Bacabal, Balsas, Barreirinhas, Caxias, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Miranda do Norte, Mirador, Presidente Dutra, Pedreiras, Pinheiro, São João dos Patos, Santa Inês, São Mateus, Timon, Viana, Vitória do Mearim;

b) 02 (duas) oficinas credenciadas nos municípios de Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Pedreiras, Santa Inês e Timon;

c) 05 (cinco) oficinas credenciadas no município de Imperatriz.

6.4. A contratada deverá ter, no mínimo, 01 (um) posto credenciado nos municípios com mais de trinta mil habitantes.

6.5. A contratada deverá disponibilizar no mínimo 01 (um) posto credenciado e 01 (uma) oficina credenciada nas comarcas que tiverem veículos ou que venham a possuir veículo conforme relação fornecida pelo contratante.

6.6. Caso não haja estabelecimento credenciado nas localidades determinadas nos itens acima, a CONTRATADA deverá credenciar, preferencialmente a empresa já utilizada pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da formalização do contrato. Lista de credenciados em anexo ao processo administrativo.

6.7. Nos casos de viagens para outros Estados ou cidades que não possuam estabelecimentos credenciados, como municípios com menos de trinta mil habitantes, a CONTRATADA deverá permitir que os abastecimentos e manutenções dos veículos sejam realizados manualmente, conforme definição apresentada pela CONTRATADA.

6.8. A CONTRATADA deverá realizar o credenciamento de novos estabelecimentos, conforme a necessidade do Tribunal de Justiça do Maranhão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de solicitação da CONTRATANTE.

6.9. A contratada deverá manter, no mínimo, 01 (um) estabelecimento credenciado a cada 200 km nas estradas (BR – 010, BR – 135, BR – 222, BR – 226, BR-230, BR – 316, e MA 06) ou em estradas de acesso aos municípios mencionados anteriormente.

6.10. Os postos e oficinas deverão prestar os serviços, no mínimo, de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 18h, e aos sábados das 8h às 14h.

6.11. As eventuais alterações ou mudança dos estabelecimentos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

6.12. AS CONTRATADAS são as únicas responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, decorrentes do combustível, manutenção e demais produtos/serviços efetivamente realizados, de modo que o Tribunal de Justiça do Maranhão não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO – IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULO**

7.1. A CONTRATADA deverá implantar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato, os serviços de administração e gerenciamento do abastecimento de combustíveis e os serviços de administração e gerenciamento manutenção da frota.

7.2. Neste prazo deverá ser providenciado a instalação do sistema informatizado, o treinamento dos usuários, de acordo com o perfil adequado, o fornecimento dos cartões eletrônicos para cada veículo, sem custo adicional para o Tribunal, e a habilitação dos motoristas e condutores.

7.3. A implantação do sistema pela CONTRATADA compreende:

7.3.1. Cadastramento e registro dos veículos;

7.3.2. Cadastramento dos usuários e motoristas;

7.3.3. Credenciamento da rede de postos de abastecimento;

7.3.4. Identificação visual e divulgação da rede de postos de abastecimento;

7.3.5. Alimentação dos Créditos financeiros nos Cartões dos veículos cadastrados;

7.3.6. Implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos;

7.3.7. Confeção e distribuição de cartões;

7.3.8. Treinamento de usuários e gestores;


7.3.9. Treinamento dos postos de abastecimento de combustíveis da rede credenciada;

7.3.10. Recadastramento da frota quando necessário.

7.4. O Tribunal de Justiça do Maranhão fornecerá a CONTRATADA, o cadastro completo e atualizado dos veículos, condutores e identificação das respectivas áreas que os mesmos estão alocados, contendo: tipo da frota (própria ou locada); placa; marca; modelo; chassi; tipo de combustível; ano de fabricação do veículo; lotação (unidade e código do centro de custo); capacidade do tanque; hodômetro; nome, registro funcional e unidade dos condutores; base operacional.

7.5. A empresa vencedora do certame deverá ter como quantitativo uma média de 250 (duzentos e cinquenta veículos), sendo veículos de passeio, caminhonetes, vans e caminhões, conforme lista anexa. Informa-se que o presente quantitativo da frota de veículos desta Corte poderá ter um aumento da frota de veículos em até 50% (cinquenta por cento), sendo plenamente atendida nesta contratação.

7.6. A CONTRATADA exportará todos os dados relativos as transações do gerenciamento de combustível ou do gerenciamento de manutenção do período em que mantiver contrato com o Tribunal à empresa que a suceder.

	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p align="center"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	---	---

7.7. Cada veículo terá um cartão de controle, assim como cada condutor terá uma senha de utilização para a execução de qualquer operação realizada na rede de estabelecimentos credenciados.

7.8. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma on-line e instantânea.

7.9. O sistema deverá permitir para cada veículo um limite de crédito, determinado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, através do fiscal do contrato, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do mesmo, e que deverá ser renovado automaticamente a cada 30 (trinta) dias.

7.10. O saldo remanescente do cartão do mês anterior não será acumulado ao mês seguinte.

7.11. Os abastecimentos e uso de serviços de manutenção realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito será de total responsabilidade da CONTRATADA.

7.12. A rede de estabelecimentos credenciada deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

7.13. No caso dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a contratada poderá implementar o sistema de gestão que prescindir de cartão, mas, deverá ser capaz de apresentar, no mínimo, relatórios mensais, anuais, por período, por veículo, por serviços e outras funcionalidades que auxilie na gestão e acompanhamento.


7.14. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva não serão realizados nos veículos locados, mas tão somente o serviço de abastecimento de combustíveis.

7.15. A Contratada dos serviços de abastecimento de combustíveis deverá dispor de duas soluções de gestão, com o fornecimento dos respectivos cartões. A primeira para gestão da frota com vinculação motoristas-veículos no abastecimento, e a segunda sem vinculação-motorista no abastecimento.

7.16. Os cartões de gestão de abastecimento sem vinculação-motorista no abastecimento deverão requerer para sua utilização apenas senha de abastecimento para o usuário.

7.17. O sistema para o cartão gestão frota com vinculação motoristas-veículos no abastecimento deverá emitir comprovante da transação, independentemente da solicitação do condutor, contendo as informações a seguir:

- a) Identificação do posto (nome e endereço);
- b) Identificação do veículo (placa);
- c) Odômetro do veículo no momento execução do serviço;
- d) Tipo de combustível e/ou serviço utilizado;
- e) A data e hora da transação;
- f) Quantidades de litros;

	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p align="center"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	---	---

g) Valor da operação;

h) Identificação do condutor.

7.18 O sistema deve permitir que os abastecimentos e uso de serviços de manutenção realizados nos casos de viagem para outros estados ou mesmo cidades que não possuam estabelecimentos credenciados, sejam registrados manualmente conforme solução a ser definida e apresentada pela CONTRATADA.

7.19. Os softwares de gestão deverão prestar as seguintes funções, no mínimo:

- a) Registro informatizado dos dados de abastecimento e serviços de manutenção, disponíveis para consulta via internet, no momento que efetuar a operação;
- b) Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específica por veículo;
- c) O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;
- d) Identificação do usuário no momento do abastecimento através da senha pessoal ou cartão de identificação;
- e) Realização de plano de manutenção, conforme manual de cada veículo que o Tribunal possua o venha a possuir.
- f) O desbloqueio do cartão de abastecimento, em casos de bloqueios previstos nos casos de desparametrização ou outras situações indicadas pelo CONTRATANTE, por meio do aplicativo ou web site, disponível 24h, pelo gestor/fiscal do contrato desta Corte, ou servidores indicados pela chefia imediata.

7.20. Todos os serviços de manutenção deverão preceder de uma ordem de serviços encaminhada via sistema disponibilizado pela CONTRATADA.


7.21. A CONTRATADA deverá cadastrar plano de manutenção preventiva conforme manual de cada veículo que o Tribunal possua ou venha a possuir, realizando as modificações no plano de manutenção mediante solicitação do fiscal do contrato.

7.22. Todos os serviços de manutenção serão aprovados via sistema online, conforme ordens de serviço encaminhadas às oficinas credenciadas, sendo que, peças e serviços que estejam em garantia não poderão ser incluídos na fatura.

7.23. Os equipamentos necessários para operação do sistema deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA sem qualquer ônus para o Tribunal de Justiça do Maranhão.

7.24. A CONTRATADA terá prazo de até cinco dias úteis para realizar alterações no Sistema ofertado em caso de solicitação do fiscal do contrato, tais como: modificação no cadastro de veículo, cancelamento de contação, cancelamento de orçamento, cancelamento de registro de orçamento, entre outros;

7.25. A CONTRATADA deverá dispor em seu Sistema de instrumento de cancelamento ordem de serviço de manutenção aprovada, porém não executada.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

7.26. A CONTRATADA deverá parametrizar seu Software de Gestão ao sistema de gestão atualmente utilizado pelo Tribunal, permitindo a leitura de arquivos e, ainda, a possibilidade de layout e formatação de campos, conforme necessidade da CONTRATANTE. Estando previstas as seguintes informações: nome, endereço e CNPJ completo do estabelecimento credenciado; data do abastecimento ou do serviço de manutenção; quilometragem no momento da execução do serviço; tipo de combustível do veículo; valor unitário e total do serviço executado; e identificação do veículo.

7.27. A CONTRATADA deverá permitir o desbloqueio dos cartões de abastecimento, em qualquer dia e hora, pelo CONTRATANTE, nos casos de bloqueio nos abastecimentos previstos no sistema

## **CLÁUSULA OITAVA – RELATÓRIOS DO SISTEMA DA CONTRATADA**

8.1. O Tribunal de Justiça do Maranhão, através do fiscal do contrato, estabelecerá o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

8.2. Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

8.2.1. Relação dos veículos por placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação;

8.2.2. Histórico das operações realizadas pela frota (data, hora, identificação do estabelecimento, identificação do condutor e do veículo, hodômetro do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível, quantidade em litros adquiridos, valor unitário por tipo de combustível, valor total de operação em reais e saldo);

8.2.3. Análise do consumo de veículos da frota, contendo a quilometragem entre abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro, cidade do abastecimento, estabelecimento e condutor que realizou a operação;

8.2.4. Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão;

8.2.5. Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;


8.2.6. Volume de litros de gastos realizados por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;

8.2.7. Relação de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço;

8.3.8. Despesas realizadas por base operacional e unidade, quando necessário;

8.2.9. Relação mensal contendo a identificação do valor a ser pago a CONTRATADA.

8.3. A CONTRATADA deverá facultar ao CONTRATANTE, a cada 12 meses e ao término do contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado.

	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p align="center"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	---	---

8.4. A CONTRATADA deverá manter registros de todos os relatórios disponíveis no Software de Gestão dos serviços durante todo o período do contrato, incluindo os aditivos ao contrato, se houverem.

## CLÁUSULA NONA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

### 9.1. OBJETIVO

Este anexo estabelece os critérios objetivos para medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, vinculando o desempenho técnico ao pagamento mensal, conforme as melhores práticas de governança e a legislação vigente.


### 9.2. NÍVEIS DE CRITICIDADE

As ocorrências e requisitos são classificados por criticidade para determinar os tempos de resposta e o impacto nas sanções:

- Crítica (C1): Indisponibilidade total do sistema de abastecimento, falhas de segurança de dados ou interrupção de integração com ERP.
- Alta (C2): Indisponibilidade de módulos específicos (ex: relatórios), falhas em alertas de fraude ou erro em processamento de notas fiscais.
- Média (C3): Lentidão no sistema, necessidade de atualizações cadastrais ou dúvidas técnicas operacionais.

### 9.3. TABELA DE INDICADORES DE DESEMPENHO (KPIs)

Indicador	Metodologia de Aferição	Meta (SLA)	Fonte de Dados	Periodicidade
<b>Disponibilidade do Sistema</b>	Tempo total de sistema ativo / Tempo total no mês	≥ 99,5%	Logs do Servidor / Painel de Monitoramento	Mensal
<b>Tempo de Resposta (Suporte)</b>	Tempo entre abertura do chamado (C1) e solução	≤ 1 horas	Sistema de Ticketing da Contratada	Mensal
<b>Trilha de Auditoria</b>	Verificação de integridade de logs e	100% de conformidade	Relatório de Auditoria de Sistemas	Trimestral

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

	rastreabilidade			
<b>Conformidade LGPD</b>	Ausência de incidentes de dados e resposta a titulares	<b>Zero</b> incidentes	Relatório de Impacto à Proteção de Dados	Contínuo
<b>Integração de Dados</b>	Sucesso no envio/recebimento de APIs com sistemas internos	≥ <b>98%</b> de sucesso	Logs de Integração (API Gateway)	Mensal

#### 9.4. VINCULAÇÃO ENTRE DESEMPENHO E PAGAMENTO (GLOSAS)

O descumprimento das metas estabelecidas resultará em glosas incidentes sobre o valor da taxa de administração ou mensalidade do período:

- Disponibilidade < 99,5%: Glosa de 2% do valor mensal a cada 0,1% de indisponibilidade adicional.
- Atraso no Suporte Técnico (C1): Glosa de 1% do valor mensal por hora de atraso além das 2 horas previstas.
- Falha na Rastreabilidade/Auditoria: Glosa de 5% do valor mensal por ocorrência de dado não rastreável.
- Incidente de Segurança/LGPD: Glosa de 10% do valor mensal, sem prejuízo das sanções administrativas e multas previstas em lei.


#### 9.5. GOVERNANÇA E FISCALIZAÇÃO

1. Responsáveis: A medição será realizada pela equipe de Gestão de Frotas da CONTRATANTE, com base em relatórios extraídos diretamente do sistema da CONTRATADA.
2. Contestação: A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para contestar as medições, apresentando evidências técnicas.
3. Gradação: A reincidência por 3 meses consecutivos no descumprimento de qualquer indicador C1 ou C2 poderá ensejar a abertura de processo administrativo para rescisão contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta-corrente da CONTRATADA, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota



	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

fiscal/fatura, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a CONTRATADA, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.
- e) Nota fiscal/fatura, discriminando as despesas com o abastecimento de combustíveis e manutenção, em notas fiscais separadas, dos veículos do CONTRATANTE, explicitando o percentual para taxa de administração e/ou desconto.

10.1.1. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado na nota de empenho.

10.2. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de todas as despesas relacionadas com o fornecimento de combustível assim como manutenção dos veículos, sendo que o valor a ser pago pela CONTRATANTE pelos serviços, corresponderá ao montante efetivamente executado com a aplicação do percentual da taxa de administração e/ou desconto aos serviços fornecidos.

10.3. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou caso observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto no item 13.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.


10.5 A glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; e/ou deixar de utilizar recursos humanos exigidos para a execução do serviço.

10.6 Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

10.7 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJMA, entre a data prevista no item 13.6 e o efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:



	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$i = 365 \quad I = \frac{6/600}{365} \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

#### 10.9. Recebimento do objeto:

a) A prestação dos serviços de abastecimentos e manutenção, da presente contratação, serão recebidos provisoriamente, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

b) A prestação dos serviços de abastecimento e manutenção, da presente contratação, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.


c) O recebimento definitivo da prestação dos serviços de abastecimentos e manutenção ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo detalhado.

c.1) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

d) O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

11.2. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, os preços dos serviços de gerenciamento de manutenção e as taxas administrativas vigentes poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) — ou outro índice oficial setorial específico adotado pelo órgão —, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, em cumprimento ao art. 92, inciso V e § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Para o item relativo ao fornecimento de combustíveis (Item 01), os valores a serem pagos observarão diretamente o preço praticado na bomba na data do abastecimento, limitado aos valores médios disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), configurando-se o reajuste automático por variação de mercado, sem prejuízo da aplicação do índice de reajuste sobre a taxa de administração da contratada, caso houver.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. Fornecer a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores, bem como quaisquer informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

12.2. Exercer a fiscalização dos serviços, verificando se estão sendo cumpridas as especificações previstas no edital e contrato de forma satisfatória.

12.3. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao responsável da Contratada e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo.

12.4. Responsabilizar-se pelo recolhimento do Comprovante de Abastecimento e/ou de Serviço e da correspondente Nota Fiscal/Fatura de cada transação efetuada.

12.5. Encaminhar as notas fiscais/faturas correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, devidamente atestadas, mensalmente, para a liberação de pagamento.


12.6. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas, relativos ao consumo e serviços efetivamente utilizados.

12.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas e imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, sob pena de aplicação de sanções a serem fixadas no Edital.

12.8. Comunicar a CONTRATADA, imediatamente, qualquer acréscimo, substituição ou retirada de veículos da frota do Tribunal de Justiça.

12.9. Estabelecer, para cada veículo credenciado, de sua propriedade ou locado, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa do fiscal de contrato.

12.10. Requerer a CONTRATADA, em caso de extravio ou dano ao cartão de abastecimento, a emissão de novo cartão, sem custo adicional para ao CONTRATANTE, e o cancelamento do cartão extraviado ou danificado.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

12.11. Requerer o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos em caso de alienação ou retirada de circulação.

12.12. Informar, imediatamente, à CONTRATADA, o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo credenciado.

12.13. Identificar, junto a CONTRATADA, os funcionários que serão usuários do sistema, com poderes para administração e acesso às informações, bem como responsabilizar-se pela comunicação prévia, para os casos de demissão, férias ou transferência de lotação desses servidores.

12.14. Solicitar a substituição de postos de combustíveis credenciados que executarem os serviços em desconformidade contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los.

13.2. Responsabilizar-se pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível e demais serviços descritos neste instrumento, vez que o Tribunal de Justiça do Maranhão não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.


13.3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do serviço e das condições acordadas com a CONTRATANTE, mantendo-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Tribunal de Justiça do Maranhão ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Tribunal de Justiça do Maranhão em seu acompanhamento.

13.6. Designar preposto para representar a CONTRATADA na execução do contrato, sendo que, tendo em vista o volume e a imprescindibilidade dos serviços prestados, haja um canal de comunicação 24 horas por dia e 7 dias por semana. O preposto deverá manter atualizado seus contatos durante toda a execução contratual.

13.7. A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, os cartões eletrônicos para cada veículo cadastrado quando da implantação do sistema, sendo que, em caso de perda, substituição ou incorporação de novos veículos à frota, a despesa correrá por conta da CONTRATADA, sem ônus para o Tribunal.

	<p align="center"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p align="center"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	---	---

13.8. A CONTRATADA deverá ministrar treinamento, sem ônus para o Tribunal de Justiça, objetivando a capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, fornecendo as informações necessárias para a operacionalização do Sistema.

13.9. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, quando da transferência e/ou retirada e substituição de postos credenciados.

13.10. Atender, de imediato, as solicitações do Tribunal de Justiça do Maranhão quanto às substituições de postos não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

13.11. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados ao Tribunal de Justiça do Maranhão ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

13.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

13.13. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao Tribunal de Justiça do Maranhão, quaisquer fatos ou anormalidades que, porventura, possam prejudicar o bom andamento ou o resultado dos serviços.

13.14. A CONTRATADA se responsabilizará pela instalação e manutenção dos softwares do sistema.

13.15. Em caso de falha nos equipamentos periféricos da rede credenciada, bem como ocorrência de situações adversas, como a falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento alternativo visando garantir a manutenção dos serviços e informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos, a fim de não comprometer na continuidade da prestação dos serviços.


13.16. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico através de Serviço de Atendimento a Cliente, por telefone ou Internet, devendo ter uma central de atendimento que permita ao Tribunal de Justiça do Maranhão o acesso através de ligação local, com atendimento 24 horas, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

13.17. Comparecer sempre que convocada, ao local designado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio de representante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.

13.18. Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de fornecimento de combustível, a cargo dos estabelecimentos credenciados.

13.19. Fiscalizar e coibir a prática de preços diferenciados por parte da rede credenciada de postos e oficinas quando esta prática se der por conta do uso do sistema de gerenciamento oferecido pela CONTRATADA.

13.20. A CONTRATADA deverá permitir o desbloqueio dos cartões de abastecimento, em qualquer dia e hora, pelo CONTRATANTE, nos casos de bloqueio nos abastecimentos previstos no sistema.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

13.21. A CONTRATADA é responsável por verificar diretamente junto ao setor financeiro e contábil desta Corte, bem como no Portal da Transparência do TJMA, as ordens de pagamentos com os respectivos descontos tributários, caso não identificado pelo sistema da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, prestação de garantia neste contrato.

14.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

14.2.1. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

14.2.2. O edital fixará prazo mínimo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.


14.3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

14.3.1. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no §2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

14.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a CONTRATADA:

15.1.1. Será sancionada com advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.1.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, a licitante ou CONTRATADA que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

II – dar causa à inexecução total do contrato.

III – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

15.1.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

I – aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o TJMA, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;

II – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;


III – praticar ato fraudulento na execução do contrato;

IV – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

V – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.4. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida da análise jurídica prevista no §6º do art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e deverá seguir os trâmites descritos no art. 6º da Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.5. A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA que entregar o

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I – 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II – 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

III – 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

IV – após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar a Contratada e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

15.1.6. O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.1.7. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela CONTRATADA de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

15.1.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato e na Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.9. Caso a CONTRATADA entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue.

15.1.10. Observada a ordem abaixo estabelecida, o valor da multa aplicada será:


I – desconto dos pagamentos devidos pela Administração;

II – recolhido à conta bancária informada à CONTRATADA pelo TJMA, mediante apresentação do respectivo comprovante;

III – desconto do valor da garantia prestada.

15.1.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, conforme disposto no art. 21, §§1º e 2º, da Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024 e havendo garantia prestada na forma do art. 96 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será a seguradora ou a fiadora notificada para proceder com o pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, será levantado o valor caucionado ou serão resgatados os títulos da



	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

dívida pública.

15.1.12. A multa compensatória será imposta à CONTRATADA que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJMA rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.1.13. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, nos termos definidos no edital ou no contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.14. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato, nos termos definidos no edital ou no contrato, com os parâmetros estabelecidos no art. 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e § 1º do art. 3º da Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.15. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas, situação que não se confunde com a descrita no §4º do art. 20 da Resolução - GP nº 83, 13 de agosto de 2024.

15.1.16. O TJMA exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

15.1.17. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

15.1.18. A penalidade de multa compensatória poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156 Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e do art. 3º da Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024, observadas as ressalvas do Art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e §§3º e 4º do art. 20, da Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024.

15.1.19. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024, assegurados o contraditório e a ampla defesa.


15.2. As penalidades aplicadas serão inscritas no SICAF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

16.1. Após a assinatura do contrato, a unidade requisitante indicará o Gestor e os fiscais técnico e demandante. A Divisão de Transportes do TJMA indicará o fiscal administrativo. A partir dessas indicações, a Diretoria-Geral do TJMA designará a equipe de gestão e fiscalização contratual em portaria específica.

16.2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

16.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.2.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### 16.3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

16.3.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento, devendo ser exercido por um ou mais representantes do TJMA, a ser(em)especialmente designado(s) pela Diretoria Geral, na forma da Resolução CNJ nº 468/2022.

16.3.2. O representante do Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.3.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração das entregas realizadas e pendências.


16.3.5. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará instrumentos de medição apropriados.

16.3.6. O representante do Contratante deverá promover o registro de quaisquer ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

16.3.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizarse-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e o disposto na Resolução - GP nº 83, de 13 de agosto de 2024, que estabelece procedimentos para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

### 16.4. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

16.4.1. Sempre que se exigir, a comunicação entre o Gestor ou Fiscal do Contrato e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

documentos do tipo ofício, as comunicações por correio eletrônico e/ou por software de gestão de contratos.

16.4.2. O Gestor ou Fiscal do Contrato e a CONTRATADA responderão todas as questões sobre o contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que surgirem, dentro dos limites legais e da razoabilidade.

16.4.3. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e a Contratada, os seguintes:

- a - Sistema de abertura de chamados;
- b - E-mails;
- c - Ordem de Serviço;
- d - Ata de Reunião;
- e - Ofício;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MEDIDAS ACAUTELADORAS**

17.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.


17.2. Fica vedado o preenchimento qualquer posto de trabalho relativo a esta contratação, em respeito ao entendimento sumulado pela Suprema Corte Federal, bem como expressado no Decreto 7203/10, que conforme entendimento doutrinário é extensivo para as demais esferas, por parentes de magistrados, servidores e quaisquer outros que mantenha o vínculo efetivo com o Poder Judiciário Estadual do MA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

18.1. É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do CONTRATANTE, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

18.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

18.3. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

do Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

18.4. Caberá à CONTRATADA implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.

18.5. A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este CONTRATANTE.

18.6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o CONTRATANTE, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Federal nº 13.709/18.

18.7. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº 13.709/18.

18.8. Para a execução do objeto do Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), na RESOL-GP-132021, que Institui a Política de Privacidade dos Dados das Pessoas Físicas no Poder Judiciário do Estado do Maranhão e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este CONTRATANTE, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

18.9. As partes obrigam-se a atuar no presente Contrato, em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assim como as determinações do Conselho Nacional de Justiça e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Política de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução-GP nº 13, de 23 de março de 2021) e Portaria GP 224/2024-TJMA.


## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUSTENTABILIDADE**

19.1. Os materiais utilizados pelos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA na execução dos serviços, deverão:

19.1.1. Constituir-se no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

19.1.2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares

19.1.3. Ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível,

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

19.1.4. Inexistir substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

19.1.5. A contratada, em nome da rede credenciada, deverá indicar quais mecanismos serão adotados para o descarte de óleos, pneus, embalagens e demais componentes automotivos, inclusive como se processará a logística reversa;

19.1.6. A Contratada deverá, através da sua rede de credenciadas, efetuar o recolhimento e o descarte do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, realizando a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme art. 18, inciso VII, da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005, e legislação correlata;

19.1.7. Os veículos movidos a diesel deverão ser abastecidos com DIESEL S-10, conforme diretriz do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos automotores.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina a Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.

20.2. A Contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores inicialmente pactuados, nos termos dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14133/2021


20.3. As alterações contratuais, se houverem, serão formalizadas por meio de Termos Aditivos, numerados em ordem crescente e serão exigidas as formalidades do Contrato originalmente elaborado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

21.1. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

21.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.3. A rescisão de que trata o item 24.1, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

21.4. O Instrumento poderá ser extinto:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos termos do inciso II do art. 104 da Lei 14133/2021;
- b) Consensualmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) Judicialmente, nos termos da Lei.

21.5. A extinção também poderá ocorrer:

21.5.1. A critério da Administração, de pleno direito, poderá extinguir o contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, nos casos previstos nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21.

21.5.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.5.3. A extinção de que trata o item 21.5.1, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

21.6. Constituem, ainda, motivos de rescisão contratual:

21.6.1. Lentidão no cumprimento do objeto licitado de forma a impossibilitar a sua conclusão, conforme prazos estipulados, sem motivos justificados;

21.6.2. Atraso injustificado em qualquer uma das fases do objeto licitado, por mais de 15 (quinze) dias após autorização da execução pela CONTRATANTE;


21.6.3. Paralisação de qualquer uma das fases do objeto licitado sem justa causa ou prévia comunicação por escrito à CONTRATANTE;

21.6.4. Ser notificada (advertência) por 03 (três) vezes consecutivas pela Fiscalização por conta de irregularidades constatadas, pendências quanto a entrega do objeto licitado, e não cumprimento das cláusulas contratuais;

21.6.5. A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

21.6.6. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados;

21.6.7. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

22.1. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto principal deste Contrato, compreendendo-se como tal o fornecimento e a operação do sistema informatizado de gestão integrada, bem como a coordenação, supervisão e administração geral dos serviços.

22.2. Não se considera subcontratação, para fins do item anterior, o credenciamento de postos de combustíveis e de oficinas mecânicas pela CONTRATADA para a composição de sua rede de atendimento.

22.2.1. O credenciamento de estabelecimentos parceiros é considerado ato inerente, acessório e imprescindível à perfeita execução do modelo de prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento e manutenção de frota.

22.3. A CONTRATADA permanece como única, exclusiva e integral responsável perante o CONTRATANTE por quaisquer atos, omissões, inadimplementos contratuais ou danos causados pela rede de postos e oficinas credenciadas, cabendo-lhe a total fiscalização e garantia da qualidade dos serviços e insumos prestados por terceiros.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO**

23.1. A **CONTRATADA** deverá cumprir as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal no 12.846/13 e seus regulamentos, e se compromete, por si, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (RES GP 59/2021).


## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO**

24.1. Da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

24.1.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, inclusive dos instrumentos e dos canais disponíveis para garantir sua efetividade.

24.1.2. As partes comprometem-se a dar conhecimento aos funcionários e/ou aos colaboradores que atuam, diretamente, nos Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão dos instrumentos e dos canais disponíveis acerca da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

24.1.3. Atos em desacordo com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, implicarão penalidades de acordo com a gravidade do fato, podendo ser aplicadas as seguintes sanções: censura, advertência, suspensão ou rescisão contratual, assim como outras medidas legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 221 e 228 do

	<p style="text-align: center;"><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b>  Coordenadoria de Licitação</p>	<p style="text-align: center;"><b>Processo nº</b>  <b>83033/2025</b></p>
---	--	--

Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão (Lei nº 6107/94); no art. 7º do Regulamento Disciplinar dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Resolução nº 50/2010); no inciso XXI, art. 35 do Regimento Interno; no art. 32 do Código de Normas da Corregedoria.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA RESERVA LEGAL DE VAGAS E DA PROMOÇÃO DA EQUIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE**

25.1. A empresa Contratada deverá atender ao preenchimento de vagas conforme Resolução 307/2019-CNJ, Resolução 497/23-CNJ, Ato da Presidência - GP nº 72/2022 e Lei Estadual nº 10.182/2014, Ato da Presidência - GP nº 48/2022, Ato da Presidência - GP nº 93/2023 e art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

25.1.1. A Contratada deverá observar, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, de modo a proporcionar a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, em observância ao disposto no art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 540/2023.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO**

26.1. O presente contrato tem fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021.

26.2. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** vinculam-se plenamente ao presente contrato e aos documentos que integram o Processo Administrativo nº 83033/2025 – TJMA, e que são partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, o Edital PE (SRP) 90015/2026, o Termo de Referência, a Proposta de Preços da **CONTRATADA**.


## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

27.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em obediência ao disposto da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de Abril de 2021.

27.2. Este contrato após assinado e publicado no PNCP e estará disponível no Portal da Transparência do TJMA: [http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao\\_portal=menu\\_contratos](http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=menu_contratos)

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO**

28.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

 <p><b>TJMA</b> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO 4 DE NOVEMBRO DE 1913</p>	<p><b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b> Coordenadoria de Licitação</p>	<p><b>Processo nº</b> <b>83033/2025</b></p>
--	--	---

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato de inteiro teor.

São Luís, XX de XXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente do TJMA

**CONTRATANTE**

*(assinado eletronicamente)*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Empresa

**CONTRATADA**

*(assinado eletronicamente)*



## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO PESSOA JURÍDICA**

Declaro, diante da exigência contida nos **artigos 1º, 2º, inciso VI, e 3º, da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005**, que esta empresa/entidade não possui em seu quadro societário qualquer sócio na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e assessoramento dessa Corte de Justiça.

**Art. 1º** *É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.*

**Art. 2º** *Constituem práticas de nepotismo, dentre outras: (...)*

**VI** - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

(...)

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

Declaro, ainda, que no caso de alteração da Situação societária que se enquadre na referida resolução, comprometo-me a comunicar tal fato a esse **TJMA** imediatamente.


**Local e data:** \_\_\_\_\_

**Nome da empresa:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**Nome e Assinatura do Representante Legal**

\_\_\_\_\_

 <b>TJMA</b> <small>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</small> <small>4 DE NOVEMBRO DE 1913</small>	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO</b> Coordenadoria de Licitação	<b>Processo nº</b> <b>83033/2025</b>
---	---	---

## ANEXO VI

### MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) sob RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF com o n.º \_\_\_\_\_, em razão da execução das atividades previstas do Contrato nº \_\_\_\_\_, firmo o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE, mediante as estipulações consignadas neste instrumento:

#### 1. Declaração de ciência e responsabilidade

O subscritor declara, para todos os fins, que tem pleno conhecimento e ciência de que:

1.1. No exercício de suas atividades, ainda que não envolvam o manuseio direto de processos administrativos ou judiciais, poderá transitar por dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, tendo contato eventual ou indireto com informações institucionais, ambientes restritos, documentos, equipamentos, sistemas ou rotinas internas.

1.2. Os ambientes físicos e tecnológicos do TJMA são monitorados com a finalidade de garantir a segurança patrimonial, institucional e da informação, podendo ser realizadas verificações e auditorias, a qualquer tempo, pelos setores competentes, independentemente de aviso prévio, inclusive quanto ao uso de recursos tecnológicos eventualmente disponibilizados.

1.3. É vedada a divulgação, reprodução, repasse ou utilização indevida, por qualquer meio, de informações não públicas, dados institucionais, rotinas internas, imagens, documentos ou fatos dos quais tenha conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, ainda que obtidos de forma incidental, salvo mediante autorização prévia e expressa do TJMA.

1.4. O dever de confidencialidade e sigilo subsistirá mesmo após o término ou rescisão do vínculo contratual, obrigando-se o subscritor a ressarcir eventuais danos causados ao TJMA, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

1.5. O descumprimento das normas internas, orientações institucionais ou deste Termo poderá ensejar a aplicação de penalidades administrativas, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### 2. Da vigência

2.1. O presente Termo tem caráter irrevogável e irretratável, passando a vigorar a partir da data de sua assinatura.

E, por estar de pleno acordo com as condições aqui estabelecidas, firmo o presente Termo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

\_\_\_\_\_, [DIA] de [MÊS] de [ANO].

\_\_\_\_\_  
 ASSINATURA